



*SENADO FEDERAL*  
*Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues*



**SENADO FEDERAL**  
**PROJETO DE LEI Nº       , DE 2019**

**Altera a Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, para dispor sobre a isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados nas Áreas de Livre Comércio localizadas nos Municípios de Tabatinga, no Estado do Amazonas, Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia, Macapá e Santana, no Estado do Amapá, e Brasília e Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre.**

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei nº 11.898, de 8 de janeiro de 2009, passa a vigorar acrescida do seguinte §3º:

“Art. 26. ....

§3º Para fins de aplicação do disposto neste artigo, entende-se por matéria-prima de origem regional aquela que seja resultante de extração, coleta, cultivo ou criação animal na região da Amazônia Legal.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



SF/19853.61362-00



## JUSTIFICAÇÃO

A Lei nº 11.898, de 2009, dispõe no *caput* do seu artigo que:

Art. 26. Os produtos industrializados na área de livre comércio de importação e exportação de que tratam as Leis nº 7.965, de 22 de dezembro de 1989, nº 8.210, de 19 de julho de 1991, nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e nº 8.857, de 8 de março de 1994, ficam isentos do Imposto sobre Produtos Industrializados, quer se destinem ao seu consumo interno, quer à comercialização em qualquer outro ponto do território nacional.

A citada Lei nº 8.387, de 1991, cria a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS) em seu artigo 11.

O dispositivo foi regulamentado pela Decreto nº 8.597, de 18 de dezembro de 2015, que dispõe em seu artigo 1º, §2º, que “para fins de aplicação do disposto neste artigo [repete o teor do supracitado artigo 26 da Lei nº 11.898, de 2009], entende-se por matéria-prima de origem regional aquela que seja resultante de extração, coleta, cultivo ou criação animal na região da Amazônia Ocidental e no Estado do Amapá”.

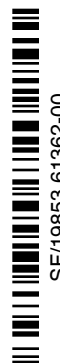
Ocorre que a limitação regional prevista na parte final do dispositivo cria uma série problemas para o Amapá, uma vez que uma indústria instalada em Macapá ou Santana não pode servir de matéria-prima originada no Pará.

Por exemplo, uma fábrica de beneficiamento de Açaí localizada em Santana que recebesse o fruto do Afuá não seria elegível como beneficiária dos incentivos da ALCMS.

Assim, para que se corrija a distorção prevista no Decreto nº 8.597, de 2015, propõe-se no presente Projeto de Lei a inclusão de parágrafo no artigo 26 da Lei nº 11.898, de 2009, que, sinteticamente, substituiu a limitação regional “da Amazônia Ocidental e no Estado do Amapá” por “Amazônia Legal”.

Por fim, como medida de isonomia, a proposição contempla não só a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, como as demais Áreas de Livre Comércio citadas no *caput* do artigo 26.

Desse modo, pedimos apoio aos nobres pares para aprovação da presente proposição.





*SENADO FEDERAL*  
*Gabinete do Senador Randolfe Rodrigues*

Sala das Sessões,

**SENADOR RANDOLFE RODRIGUES**

REDE/AP



SF/19853.61362-00